Editora Solução
a solução para o seu concurso!

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

CNU

300 questões gabaritadas

Conhecimentos Gerais- Bloco 1 ao 7

EDITAL ENAP Nº 114, DE 30 DE JUNHO DE 2025

SÉRIE PRATICANDO

CÓD: SL-011JL-25
7908433279570

CONHECIMENTOS GERAIS

1. (2025)

É possível definir governança pública como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Nesse sentido, avalie se os princípios da governança pública incluem:

I. Capacidade de resposta.

II. Integridade.

III. Confiabilidade.

IV. Monitoramento do desempenho da organização.

Estão corretos os itens

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) II, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

2. (2025)

Nos últimos anos, a administração pública brasileira tem dado cada vez mais atenção à gestão da integridade. Programas de integridade, que abrangem ações preventivas e corretivas contra fraudes e corrupção, são fundamentais para promover a confiança pública e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico. Assinale a opção que descreve a função suporte da alta administração nos programas de integridade.

(A) Desenvolver mecanismos de controle para gerenciar os riscos internos e externos da organização.

(B) Promover a adesão dos colaboradores a um código de conduta específico para prevenir fraudes e corrupção.

(C) Realizar auditorias independentes para detectar violações e garantir a conformidade com as políticas da organização.

(D) Dar aval explícito e apoio incondicional como exemplo a ser seguido, reforçando o compromisso de transformar a cultura da organização.

(E) Monitorar continuamente as operações da organização, garantindo a adaptação dos instrumentos e estruturas às novas demandas.

3. (2025)

A sustentabilidade das contratações públicas busca conciliar eficiência econômica com responsabilidade ambiental e social, promovendo aquisições que gerem benefícios duradouros para a administração pública e para a sociedade.

Uma prática compatível com a promoção da sustentabilidade nas contratações públicas é

(A) priorizar exclusivamente o menor preço, independentemente do impacto ambiental dos produtos ou serviços.

(B) utilizar critérios de sustentabilidade para selecionar materiais de menor impacto ambiental e racionalizar o uso de recursos públicos.

(C) eliminar etapas do processo licitatório para acelerar aquisições em nome da eficiência administrativa.

(D) estabelecer metas de redução de custos com base apenas em cortes orçamentários.

(E) excluir ações de capacitação, considerando-as desnecessárias para a implementação de práticas sustentáveis.

4. (2024)

Durante muitos anos, o controle e a auditoria no Brasil ficaram restritos às exigências da tributação na área privada e ao suporte aos tribunais de contas na área pública. O interesse pela governança na Administração Pública tem sido uma constante nos últimos anos, motivado por uma maior exigência e rigor na utilização dos recursos públicos. Com isso, busca-se uma maximização do value for money e do valor público da ação governativa em benefício dos cidadãos.

Com relação aos mecanismos de controle, analise as afirmativas a seguir.

I. *Accountability* pode ser definida como uma proteção dos cidadãos às práticas da má administração.

II. Quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability* que tende a acompanhar os avanços dos valores democráticos.

III. Os controles burocráticos tradicionais são suficientes para defender a sociedade do aparelho estatal.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

5. (2024)

Permite que os cidadãos estejam no centro das decisões e ações da administração pública, ajudando a combater a corrupção e os desvios de conduta, abrindo espaço para soluções e práticas inovadoras na gestão pública, e aumentando a capacidade de respostas tempestiva aos eventuais problemas.

(BRASIL, GPGP, 2018)

Com base no trecho do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal, assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto acima.

(A) *Accountability*.
(B) Integridade.
(C) Confiabilidade.
(D) Participação Social.
(E) Transparência.

6. (2024)

O *diamante da fraude* é o modelo que teoriza os fatores que facilitam comportamentos fraudulentos e contribuem para a corrupção na Administração Pública.

Com base nesse modelo, analise os itens a seguir.

I. Percepção de Controle Interno ineficaz.

II. Necessidades individuais geradas por problemas financeiros.

III. Desejo de viver em padrão de vida superior ao atual.

Assinale a opção que apresenta somente fatores de oportunidade.

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

7. (2024)

Os princípios de governança pública estabelecem as bases para uma gestão transparente, responsável e eficaz, garantindo que as decisões e as ações do governo sejam orientadas pelo interesse público, pela participação cidadã e pela busca contínua de resultados positivos para a sociedade.

Com relação à governança pública, analise as afirmativas a seguir.

I. Liderança é um princípio da governança pública.

II. Estratégia é um mecanismo para o exercício da governança pública.

III. Integridade é um princípio da governança pública.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

8. (2024)

A governança pública é o paradigma atual da Administração Pública, surgindo no contexto do século XXI, em que a coprodução e colaboração prioriza a criação de valor público. Assinale a alternativa que descreve o princípio da governança que orienta a Administração Pública a responder de maneira clara, eficiente e eficaz às demandas das partes interessadas.

(A) Capacidade de resposta.
(B) Integridade.
(C) Confiabilidade.
(D) Melhoria regulatória.
(E) *Accountability*.

9. (2023)

Um dos princípios de governança que serve de guia para a atuação das organizações públicas diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistentes nos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados.

Esse é o princípio da:

(A) *accountability*;
(B) equidade;
(C) integridade;
(D) participação;
(E) transparência.

10. (2023)

Em 2014, com apoio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o TCU consolidou o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, cujo modelo geral apresenta oito dimensões avaliáveis.

A dimensão que aborda o processo de identificação, avaliação e tratamento de riscos no desenvolvimento e implementação da política é conhecida como "gestão de riscos e:

(A) *accountability*";
(B) controle interno";
(C) institucionalização";
(D) coerência";
(E) participação".

11. (2023)

A governança pública tem papel fundamental na garantia de que opoder público atue de maneira transparente, responsável e eficiente. Em relação à governança pública, avalie as afirmativas a seguir.

I. Integridade é um princípio da governança pública.

II. Liderança é um mecanismo para o exercício da governança pública.

III. Controle é um princípio da governança pública.

Está correto o que se afirma em

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

12. (2022)

Apesar de efetivamente presente na gestão pública desde o final do século XIX, a cooperação consorciada avança amplamente na Constituição da República de 1988 como mecanismo de flexibilização da participação estatal e fortalecimento das autoridades locais na implementação de políticas públicas. Sem enquadramento jurídico, durante anos a existência dos consórcios no Brasil se deu de maneira informal por meio de afinidades político-partidárias, redes político-ideológicas e pressão de movimentos sociais. Em 2005, os consórcios passam a ser mecanismos formais de gestão.

No contexto brasileiro atual, os consórcios são uma resposta direta:

(A) ao aumento de responsabilidades sem aumento de financiamento advindos da descentralização e beneficiam majoritariamente municípios de pequeno porte;
(B) ao aumento de responsabilidades e à disponibilidade de verbas que afetam principalmente municípios de pequeno porte cuja estrutura de gestão não esteja adequada às exigências da descentralização;
(C) à descentralização e beneficiam igualmente municípios de pequeno e grande porte, facilitando a distribuição de verbas e a construção de uma estrutura de gestão compartilhada;
(D) à diminuição de responsabilidades e financiamento resultantes da descentralização e beneficiam principalmente municípios de pequeno porte;
(E) à diminuição de responsabilidades e financiamento resultantes da descentralização e beneficiam principalmente municípios de grande porte.

13. (2022)

A governança pública implica o desenvolvimento de um conjunto de princípios, diretrizes, mecanismos e suas práticas correspondentes. Por exemplo, a prática de definição e promoção dos valores da organização e dos padrões de comportamento esperados dos seus membros, a começar pelo comprometimento da liderança com esses valores e condutas.

A prática descrita no exemplo refere-se a:

(A) assegurar a efetividade da auditoria;
(B) avaliar a satisfação das partes interessadas;
(C) gerenciar os riscos do negócio;
(D) monitorar o alcance dos resultados;
(E) promover a integridade.

14. (2025)

A corrupção e a má gestão na aplicação de recursos públicos comprometem diretamente a eficiência, a eficácia e os resultados das políticas públicas, prejudicando a entrega de serviços essenciais e a promoção do bem-estar social.

Assinale a opção que descreve, **corretamente**, como a Teoria da Escolha Pública (TEP) explica os fatores que podem influenciar a incidência de corrupção no setor público.

(A) A TEP defende que a corrupção no setor público ocorre devido à ausência de eleições competitivas e à falta de opinião pública influente no processo decisório.

(B) Segundo a TEP, a corrupção surge porque os agentes públicos tomam decisões exclusivamente com base no interesse público, desconsiderando motivações individuais.

(C) De acordo com a TEP, a incidência de corrupção é resultado do comportamento caçador de renda (rent seeking), possibilitado por imperfeições nas regras que regulam a relação entre agentes econômicos e o governo.

(D) A TEP argumenta que a corrupção é inevitável no setor público, pois os incentivos e restrições são idênticos aos do setor privado, tornando ambos os contextos igualmente propensos à busca de privilégios.

(E) A TEP considera que a corrupção ocorre somente quando os agentes econômicos e políticos atuam fora de estruturas eleitorais competitivas e bem regulamentadas.

15. (2024)

Accountability é um conceito de difícil tradução para o português; entretanto, seguindo os princípios de governança pública, ele assume contornos e práticas muito claras.

É(são) uma(s) prática(s) de *accountability* prevista(s) na governança pública brasileira:

(A) assegurar que programas, planos, ações, serviços e produtos atendam ao maior número possível de partes interessadas;

(B) realizar o equilíbrio de poder e a segregação das funções críticas;

(C) direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas organizacionais;

(D) estabelecer mecanismos de atuação conjunta com vistas à formulação e implementação de políticas;

(E) garantir acesso a informações e ações às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei.

16. (2024)

Accountability é a responsabilidade e prestação de contas transparente e ética que as organizações e indivíduos assumem perante suas ações e resultados, promovendo a confiança e a credibilidade em suas atividades.

Assinale, dentre as opções a seguir, o tipo de *accountability* que compreende a fiscalização e controle mútuo dos Três Poderes, através de órgãos legalmente estabelecidos para essa finalidade – um sistema de checks and balances (freios e contrapesos) previsto na Constituição, que inclui Tribunais de Contas, Ministério Público, controladorias e agências fiscalizadoras.

(A) Vertical.

(B) Societal.

(C) Holístico.

(D) Horizontal.

(E) Social.

17. (2024)

A transparência na Administração Pública é um princípio fundamental que visa assegurar que as ações, as decisões e o uso de recursos públicos sejam acessíveis e compreensíveis para os cidadãos.

Assinale a opção que apresenta uma prática fundamental para promover a *transparência* na administração municipal.

(A) Manter informações confidenciais sobre licitações disponíveis apenas para aos funcionários internos.

(B) Divulgar periodicamente informações públicas de interesse geral, independentemente de solicitação, em portais eletrônicos acessíveis.

(C) Publicar dados financeiros dos municípios somente em relatórios anuais impressos.

(D) Fornecer acesso à informação apenas mediante solicitação formal dos cidadãos.

(E) Excluir informações sobre despesas públicas dos portais de transparência para proteger a privacidade dos gestores.

90. (2024)

A promulgação da Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011) representou um marco no aprimoramento da transparência pública no Brasil, adequando o país às práticas que vinham servindo de modelo na comunidade internacional. No entanto, embora preveja, expressamente, a observância da publicidade como preceito geral, essa lei considerou que, caso imprescindível à segurança da sociedade, uma informação poderia ser classificada como

(A) ultrassecreta, garantindo o seu sigilo por até 100 ano.

(B) secreta, garantindo o seu sigilo por até 25 anos.

(C) confidencial, garantindo o seu sigilo por até 15 anos.

(D) reservada, garantindo o seu sigilo por até 5 anos.

(E) pessoal, garantindo o seu sigilo por até 1 ano.

91. (2024)

De acordo com a Lei nº 12.527/2011, no grau de ultrassecreto, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência das seguintes autoridades, ***com exceção de uma***. Assinale-a.

(A) Presidente do Banco Central do Brasil.

(B) Presidente e Vice-Presidente da República.

(C) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

(D) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

(E) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas.

92. (2024)

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre as restrições de acesso à informação. Nesses termos, a lei traz diversos temas que permeiam a classificação da informação. Sobre esse assunto, é correto afirmar que

(A) as informações podem ser classificadas como ultrassigilosas,sigilosas ou reservadas, sendo certo que a decisão respectiva é discricionária, porquanto a lei não prevê balizas.

(B) a decisão de classificação de uma informação é pública e de acesso a qualquer interessado, independentemente de demonstração de interesse, embora classificada a informação.

(C) findo o prazo de classificação ou ocorrido o evento constituidor do termo final, para que o acesso se torne público são necessários procedimento próprio e decisão específica.

(D) a informação que verse sobre conduta que implique violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou amando de autoridades públicas não pode ser objeto de restrição de acesso.

(E) a lei permite a desclassificação, mas não a redução de prazo de informação classificada, devendo a reavaliação ser feita pela autoridade classificadora ou outra superior, mediante provocação ou de ofício.

93. (2024)

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece normas para garantir o direito de acesso à informação pública no Brasil, promovendo a transparência e a *accountability* na Administração Pública.

Quanto à Lei nº 12.527/2011, analise as afirmativas a seguir.

I. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos às pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas.

II. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação, para aquele que a obteve, de resguardar o sigilo.

III. Lei complementar irá dispor sobre os procedimentos e as medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

94. (2022)

O sigilo de informações no âmbito da Administração Pública Federal, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação, pode ser classificado como

(A) ultrassecreto, por titular de Sociedade de Economia Mista.

(B) ultrassecreto, por Ministro de Estado.

(C) ultrassecreto, por presidente de fundação.

(D) secreto, por dirigente de organização social.

(E) reservado, por qualquer servidor efetivo.

95. (2024)

A entidade privada ABC, em virtude de vínculo com o Município de Macaé, detinha informações de caráter público, sem hipótese legal de sigilo. Contudo, a referida pessoa jurídica deixou de observar a legislação que versa sobre o acesso à informação.

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, além da advertência e da multa, a entidade privada ABC estará sujeita, em tese, a outras sanções. Avalie se tais sanções incluem:

I. Rescisão do vínculo com o poder público.

II. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a um ano.

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

96. (2025)

A Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece diretrizes para a transparência pública.

Com base nessa legislação, avalie as afirmações a seguir.

I. A LAI não se aplica às empresas públicas que operam em regime de concorrência, como as estatais.

II. Para os procedimentos de acesso à informação, o prazo máximo para resposta a um pedido realizado é de 60 dias, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa.

III. Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode solicitar informações públicas, sem necessidade de apresentar justificativa para o pedido.

IV. Informações relacionadas a direitos humanos violados são automaticamente classificadas como sigilosas por questões de segurança.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) III e IV, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) II e IV, apenas.

97. (2024)

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação – LAI, regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. A LAI restringe a divulgação de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.

II. As empresas públicas não se submetem ao regime da LAI.

III. O serviço de busca e fornecimento da informação pública poderá ser remunerado mediante taxa.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) III, apenas.

98. (2024)

A Lei de Acesso à Informação em Niterói (Lei Municipal nº 3.084/2014) dispõe que seja realizada a transparência consistente no dever de o Poder Público promover, independentemente de requerimento, a divulgação em seu sítio oficial, na rede mundial de computadores – Internet, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzida ou custodiada, observado o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Sobre a transparência acima descrita, assinale a afirmativa **correta**.

(A) É própria e as informações não poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, mesmo quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.
(B) É ativa e, na divulgação de informações, devem constar, entre outras, as concernentes a todos os procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, atas e resultados, bem como todos os contratos celebrados.
(C) É passiva e, na divulgação de informações, devem constar, entre outros, dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do Poder Público, sendo facultado constar o contato da autoridade de monitoramento de cada órgão ou entidade.

(D) É direta e, na divulgação de informações, devem constar, entre outros, registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, mas não os registros das despesas, diante de sua natureza sigilosa, até que a despesa seja homologada pela Corte de Contas.

(E) É reativa e, na divulgação de informações, devem constar, entre outras, as nominais de todos os servidores municipais da administração direta e indireta, contendo seu enquadramento funcional, lotação, mas não a remuneração, as diárias, as indenizações e quaisquer outras verbas custeadas com recursos públicos.

99. (2022)

João, servidor público, acaba de assumir a chefia de determinado órgão público federal e, como sua primeira providência, solicitou ao Consultor Legislativo Márcio parecer sobre transparência ativa. Com base na lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), Márcio consignou que é dever daquele órgão público promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas

(A) independentemente de requerimentos, que podem ser substituídos pela realização de audiências ou consultas públicas e incentivo à participação popular, em substituição à divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

(B) mediante provocação do interessado, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

(C) mediante provocação de qualquer cidadão, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

(D) mediante provocação de qualquer associação ou partido político, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

(E) independentemente de requerimentos, sendo obrigatória a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

100. (2025)

O decreto que regulamenta a lei de acesso determina que podem ser cobrados valores referentes a alguns procedimentos para a garantia do acesso à informação.

Entre os procedimentos passíveis de cobrança, estão:

(A) busca e mídias digitais;

(B) pesquisa e materiais utilizados;

(C) consulta e reproduções de documentos;

(D) reprodução de documentos e postagem;

(E) fornecimento das informações e postagem.

101. (2024)

Maria, pessoa natural, com trinta anos de idade, que jamais tinha providenciado o seu alistamento eleitoral, almejava ter acesso a informações de interesse coletivo que se encontravam em poder de determinada estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado Alfa. À luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei Estadual nº 18.025/2013, é **correto** afirmar que Maria

(A) ao formular o pedido de acesso à informação, deve se identificar a apresentar documento comprobatório de sua identidade.

(B) precisa apresentar o pedido de acesso à informação por meio eletrônico, sendo vedado fazê-lo por meio físico.

(C) deve apresentar o requerimento de acesso à informação com o uso de formulário padronizado.

(D) deve apresentar justificativa para o acesso às informações almejadas.

(E) não pode ter acesso às informações almejadas, isto por não ser cidadã.

102. (2025)

Em uma reclamação trabalhista em tramitação na Vara do Trabalho X, em que os polos da relação processual eram formados por duas pessoas naturais, constatou- se a existência de uma situação de contraposição entre dois direitos fundamentais de estatura constitucional.

O magistrado competente, ao proferir sua sentença, posicionouse em relação à referida colisão, tendo concluído **corretamente**, conforme o entendimento amplamente prevalecente na realidade brasileira, que

(A) um dos direitos fundamentais em colisão ocupa uma posição preferente *in abstracto.*

(D) lícito, já que o teto remuneratório a ser observado é o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal

(E) lícito, pois os empregados de sociedade de economia mista não estão sujeitos ao teto remuneratório, recebam, ou não, recursos públicos.

139. (2024)

A Constituição, em regra, veda a acumulação de cargos públicos, com algumas exceções. Diante do exposto, desde que haja compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de

(A) um cargo de professor universitário com dois cargos de médicos.

(B) três cargos de médicos.

(C) dois cargos de professores.

(D) dois cargos de profissionais da área de educação.

(E) um cargo de médico com outro técnico ou científico.

140. (2024)

Maria, que por décadas ocupou emprego público em um ente da administração pública indireta do Poder Executivo do Município Alfa, estando vinculada ao regime próprio de previdência social mantido pelo respectivo ente federativo, preencheu os requisitos de tempo de contribuição e idade para a aposentadoria voluntária.

Ao formular o requerimento de aposentadoria voluntária, foi informada pelo Departamento de Recursos Humanos que, uma vez deferido o benefício previdenciário, haveria rompimento do vínculo com o ente da administração pública indireta. Depois de analisar a sistemática constitucional, Maria concluiu corretamente que a cessação do vínculo

(A) é consequência do fato de utilizar tempo de contribuição decorrente do emprego público.

(B) somente ocorre em relação aos ocupantes de cargo público, não alcançando o emprego público.

(C) pressupõe que o valor do seu benefício previdenciário seja complementado pelo Município Alfa.

(D) pressupõe que ela tenha contado, como tempo de contribuição, algum período vinculado ao regime geral de previdência social.

(E) embora alcance os ocupantes de emprego público, não é aplicável aos entes federativos que contem com regime próprio de previdência social.

141. (2024)

Após determinação do Governador do Estado Alfa, Maurício, agente público, se dirigiu à cidade Beta, no interior do ente federativo, com o objetivo de buscar processos físicos estaduais que seriam objeto de digitalização na Capital. Contudo, no caminho, Maurício, que conduzia um veículo automotor oficial em excesso de velocidade, colidiu com o automóvel de Maria, estudante de Direito no primeiro ano letivo. Registre-se que não há, no caso, qualquer hipótese de exclusão do nexo de causalidade. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Estado Alfa

(A) incorrerá em responsabilidade civil objetiva, devendo responder pelos danos causados à vítima Maria, independentemente da comprovação do dolo ou da culpa de Maurício.

(B) incorrerá em responsabilidade civil subjetiva, devendo responder pelos danos causados à vítima Maria, desde que comprovado que Maurício agiu com dolo ou culpa.

(C) incorrerá em responsabilidade civil objetiva, devendo responder pelos danos causados à vítima Maria, desde que comprovado que Maurício agiu com dolo.

(D) não responderá pelos danos causados à vítima Maria, já que Maurício, por estar em excesso de velocidade, deverá arcar com o valor da indenização.

(E) não responderá pelos danos causados à vítima Maria, já que Maurício, embora estivesse em excesso de velocidade, não agiu com dolo.

142. (2023)

A respeito da aplicação do teto remuneratório constitucional aos empregados dos entes vinculados ao Estado, analise os itens a seguir.

I. Empresa pública que recebe recursos do Estado para o pagamento de despesas de pessoal.

II. Sociedade de economia mista, que recebe recursos do Estado para pagamento de despesas de custeio em geral, não de pessoal.

III. Subsidiária de sociedade de economia mista, que recebe recursos do Estado para o pagamento de despesas de capital.

O teto remuneratório constitucional deve ser observado em

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

143. (2023)

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado Z, mediante decreto legislativo, elevou os vencimentos de servidores daquela Casa legislativa estadual, proporcionando, inclusive, a extensão de reajuste de servidores do Executivo com base nesse mesmo ato.

Diante do exposto e considerando a jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal, o ato normativo é:

(A) constitucional, pois o reajuste de todos os servidores do Estado pode ser realizado por ato normativo do chefe do Poder Legislativo;
(B) inconstitucional, pois o reajuste de todos os servidores do Estado deve ser realizado por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo;
(C) constitucional, pois a extensão de reajuste dos servidores do Executivo pode ser realizada por ato infralegal do chefe do Poder Legislativo;
(D) inconstitucional, pois o reajuste de todos os servidores do Estado deve ser realizado por lei de iniciativa do chefe do Poder Legislativo;
(E) inconstitucional, pois o reajuste dos servidores deve ser realizado por lei específica de iniciativa do chefe do Poder ao qual é vinculado.

144. (2023)

Os princípios fundamentais da Administração Pública são expressos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

O princípio que estabelece que a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite é o

(A) Princípio da Legalidade.
(B) Princípio da Impessoalidade.
(C) Princípio da Moralidade.
(D) Princípio da Publicidade.
(E) Princípio da Eficiência.

145. (2023)

O Presidente da empresa pública X, sujeita à supervisão da Secretaria de Obras Públicas do Município Alfa, questionou sua assessoria a respeito da possibilidade de os administradores de X celebrarem um ajuste com o poder público, de modo a ampliar a autonomia desse ente.

A assessoria respondeu corretamente, à luz dos balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, que X

(A) por não integrar a administração pública direta, não pode ter a sua autonomia ampliada com a celebração de nenhum ajuste.
(B) não pode ter a sua autonomia ampliada com a celebração de nenhum ajuste, pois sua atuação está limitada aos balizamentos estabelecidos em lei.
(C) pode ter sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira ampliada, mediante contrato, que fixará metas de desempenho, observados os balizamentos legais.
(D) pode ter sua autonomia ampliada, apenas na perspectiva gerencial, com a celebração de um pacto de eficiência, que observará os requisitos definidos em lei complementar.
(E) pode ter sua autonomia ampliada, em todos as suas nuances, com a celebração de contrato de gestão, cujos contornos estão exaustivamente definidos na ordem constitucional.

146. (2023)

A sociedade empresária Alfa, com personalidade jurídica de direito privado, recebeu concessão da União para explorar o serviço público de fornecimento de energia elétrica. João, motorista e empregado de Alfa, ao conduzir o veículo da empresa, que transportava material para a ampliação da rede elétrica, atropelou Joana, causando- lhe lesões de natureza gravíssima. Considerando os balizamentos da narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação a uma ação de reparação de danos, que Joana:

(A) somente pode ajuizar a ação em face de João, ocasião em que deverá demonstrar a culpa desse agente, pois Alfa é uma empresa privada;
(B) pode ajuizar a ação em face de Alfa, não precisando provar a culpa de João, embora seja possível a demonstração da culpa exclusiva da vítima para excluir a responsabilidade;

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

(C) pode ajuizar a ação em face de Alfa, que responderá em caráter objetivo, não sendo possível a demonstração da culpa exclusiva da vítima para excluir a responsabilidade;
(D) pode ajuizar a ação em face de João e de Alfa, ocasião em que deverá demonstrar a culpa daquele agente no acidente e a culpa da empresa em escolher e vigiar o seu empregado;
(E) somente pode ajuizar a ação em face de João, que responderá em caráter objetivo, não sendo possível a demonstração da culpa exclusiva da vítima para excluir a responsabilidade.

147. (2022)

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, João ingressou no serviço público, passando a ocupar um cargo de provimento efetivo de nível médio. A razão de ser da escolha do cargo decorreu do regime jurídico que o regia e da remuneração paga.

Para sua surpresa, poucos anos depois, foi aprovada a Lei nº **XX**, que:

I. suprimiu algumas garantias do cargo;

II. permitiu que João ascendesse a um cargo de provimento efetivo de nível superior, caso alcançasse esse nível de instrução e tivesse boas avaliações;

III. suprimiu algumas gratificações recebidas por João, acrescendo-as à sua remuneração, o que, embora não tenha acarretado redução estipendial, impediu que fossem auferidos maiores ganhos no futuro.

À luz da sistemática constitucional, são medidas constitucionais:

(A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

148. (2022)

João, Prefeito do Município Alfa, vinha sendo muito contestado por seus críticos em razão dos critérios norteadores da publicidade institucional custeada com recursos públicos. Três atos vinham sendo particularmente contestados. O primeiro ato era a campanha publicitária desenvolvida para estimular as famílias a verificarem se seus filhos tinham problemas auditivos, sendo utilizado, como símbolo, a estilização de uma orelha, que passou a integrar as publicações oficiais e diversos outdoors espalhados pelo Município, sendo que João era conhecido pelo apelido "orelhão". O segundo ato apontava para a divulgação de informativo no qual eram elencadas todas as obras públicas realizadas no Município Alfa nos três anos anteriores, o que coincidia com o início da gestão de João. O terceiro ato, por sua vez, especificamente relacionado à inauguração de um hospital público, atribuía essa realização a João, não ao Município propriamente dito.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar, em relação aos atos praticados por João, que

(A) todos se mostram compatíveis com a ordem constitucional.
(B) todos se mostram incompatíveis com a ordem constitucional.
(C) apenas o segundo ato se mostra compatível com a ordem constitucional.
(D) apenas o primeiro ato se mostra compatível com a ordem constitucional.
(E) apenas o segundo e o terceiro ato se mostram compatíveis com a ordem constitucional.

149. (2024)

No período recente, a garantia de estabilidade do servidor público está frequentemente em pauta, tanto na política quanto na mídia, estimulando o pronunciamento de diversos especialistas sobre os possíveis efeitos da retirada dessa garantia.

No entanto, observa-se que, apesar das diferenças com o setor privado, servidores públicos podem perder o cargo, tendo a Constituição Federal de 1988 elencado algumas situações permissivas.

Assinale a opção que apresenta uma possibilidade de demissão de servidores públicos estáveis.

(A) Extinção, por meio de decreto executivo, de cargo ocupado pelo servidor.
(B) Em virtude de sentença judicial, ainda que com possibilidade de interposição de recurso.
(C) Pela execução de processo administrativo que faça coisa julgada formal, independentemente de ampla defesa.
(D) Em decorrência de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
(E) Por decisão motivada, desde que sejam apresentados detalhadamente os fundamentos, de seu superior hierárquico.

218. (2021)

A empresa pública estadual Alfa, que exerce exclusivamente atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro, foi condenada em processo judicial à obrigação de pagar a quantia de duzentos mil reais a João. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, os advogados da empresa pública Alfa pleitearam ao juízo a aplicação do regime de precatório, na forma do Art. 100, da Constituição da República de 1988, o que foi deferido. Inconformado, João recorreu da decisão.

Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, a decisão judicial recorrida:

(A) merece ser reformada, pois a empresa pública Alfa não se submete ao sistema de precatório, pois se lhe aplica o regime jurídico de execução direta das empresas privadas, por ser exploradora de atividade econômica em caráter concorrencial;

(B) merece ser reformada, pois a empresa pública Alfa não se submete ao sistema de precatório, pois, apesar de fazer parte da administração indireta, não goza do benefício do regime jurídico diferenciado do precatório pelo simples fato de ostentar personalidade jurídica de direito privado;

(C) não merece ser reformada, pois a empresa pública Alfa não se submete ao sistema de precatório, por não fazer parte da administração direta, que goza exclusivamente do benefício do regime jurídico diferenciado do precatório para satisfação de suas dívidas oriundas de decisões judiciais;

(D) não merece ser reformada, pois todas as empresas estatais, independentemente de prestarem serviços públicos ou explorarem atividade econômica, se sujeitam ao regime jurídico do precatório, por integrarem a administração indireta do Estado;

(E) não merece ser reformada, pois todas as empresas estatais se sujeitam ao regime jurídico do precatório, por possuírem patrimônio próprio e autonomia administrativa, a fim de que atinjam o interesse público no exercício de suas atividades, desde que exercidas de acordo com seu estatuto social.

219. (2024)

Tício, na qualidade de deputado federal, recebeu, em razão da função, duzentos mil reais da sociedade empresária X, favorecendo-a, ilicitamente, junto à administração pública. Meses depois, a empresária X doou quatrocentos mil reais a Tício, visando a custear sua campanha eleitoral para o cargo de senador da República, para o qual foi eleito, não tendo sido a doação contabilizada na prestação de contas. Tício ocultou a origem dos duzentos mil reais, simulando ganhos com a venda de cavalos.

Em razão da prática dos ilícitos descritos, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

(A) Tício, eleito senador da República, em razão dos crimes praticados, será julgado perante o Supremo Tribunal Federal;

(B) diante da prática de crime(s) eleitoral(ais) conexo(s) a crimes comuns, a competência para o processo e julgamento de Tício é da Justiça Eleitoral;

(C) na hipótese versada, não há crime eleitoral praticado, motivo pelo qual o processo e julgamento de Tício deverá ocorrer perante o Supremo Tribunal Federal;

(D) compete à Justiça Federal comum julgar todos os crimes praticados por Tício, na qualidade de deputado federal, em razão do foro por prerrogativa de função;

(E) compete à Justiça Federal comum julgar os crimes comuns, descritos no enunciado, praticados por Tício, na qualidade de deputado federal, deslocando-se para a Justiça Eleitoral, apenas, eventual crime eleitoral.

220. (2024)

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,

(A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal.

(B) nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice -Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador -Geral da República.

(C) o mandado de segurança contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

(D) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
(E) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

221. (2024)

Muitos dos direitos fundamentais são a materialização de diversas acepções de liberdade. A Assembleia Constituinte de 1987-1988 preocupou-se não apenas com a positivação de direitos. Ele municiou a ordem jurídica de instrumentos para protegerem tais direitos.

Em relação a essas ferramentas, analise os itens a seguir.

I. O *habeas corpus* é via idônea para enfrentar questão relacionada à inabilitação para exercício de cargo ou função pública.

II. No que concerne à impetração do mandado de injunção, segundo o STF, são necessárias a verificação de omissão legislativa e, depois, a efetiva inviabilidade do gozo de direito, faculdade ou prerrogativa consagrados constitucionalmente em razão da ausência da norma infraconstitucional regulamentadora.

III. É da competência originária do Supremo Tribunal Federal o mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente da República e das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Está correto o que se afirma em
(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.

222. (2024)

João, advogado, constatou a publicação de três acórdãos no âmbito de determinado Tribunal Regional Federal, prolatados em detrimento do seu cliente e que exauriram a respectiva instância.

Esses acórdãos apresentavam, respectivamente, as características a seguir.

1º Denegação de mandado de segurança impetrado contra ato de Juiz Federal, havendo afronta a norma constitucional no acórdão; 2º Foi julgada válida lei local contestada em face de lei federal; e

3º Foi contrariado tratado internacional.

Ao analisar os recursos cabíveis e as competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João concluiu corretamente que, preenchidos os demais requisitos exigidos,

(A) no 1º, no 2º e no 3º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF.
(B) no 1º e no 3º, é cabível recurso ordinário, de competência do STF; e no 2º, é cabível recurso especial, de competência do STJ.
(C) no 1º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF; e no 2º e no 3º, é cabível recurso especial, de competência do STJ.
(D) no 1º, é cabível recurso ordinário, de competência do STJ; no 2º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF; e no 3º, é cabível recurso especial, de competência do STJ.
(E) no 1º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF; no 2º, é cabível recurso especial, de competência do STJ; e no 3º, é cabível recurso ordinário, de competência do STF.

223. (2023)

O veículo de serviço do Consulado de um Estado estrangeiro transgrediu as leis de trânsito brasileiras e causou avarias em uma viatura da Polícia Militar de Estado da Federação brasileira.

A competência para processar e julgar uma eventual ação indenizatória é, originariamente,
(A) do Supremo Tribunal Federal.
(B) do Superior Tribunal de Justiça.
(C) da Justiça Federal de 1ª Instância.
(D) da Justiça Estadual de 1ª Instância.

224. (2023)

João, juiz de Direito, sofreu sanção disciplinar que foi aplicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao reformar decisão absolutória proferida pelo Tribunal local. Cinco meses depois, após muito refletir sobre os diversos incidentes ocorridos no curso da relação processual, identificou uma irregularidade que, a seu ver, configurava nulidade absoluta. Por tal razão, decidiu ingressar com uma medida judicial visando à declaração de nulidade da decisão proferida.

João deve ajuizar:
(A) ação em face da União, sendo um juiz federal competente para processá-la e julgá-la;
(B) ação em face da União, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para processá-la e julgá-la;
(C) mandado de segurança contra ato do CNJ, sendo um juiz federal competente para processá-lo e julgá-lo;

(D) mandado de segurança contra ato do CNJ, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para processá-lo e julgá-lo;
(E) ação ou mandado de segurança, conforme sua livre escolha, sendo um juiz federal competente para processar e julgar a primeira, enquanto o Supremo Tribunal Federal o será para o segundo.

225. (2023)

O Conselho Nacional de Justiça, no último mês, apreciou três procedimentos que se enquadravam no âmbito de suas competências constitucionais. No procedimento X, manteve decisão administrativa, proferida por determinado Tribunal, que indeferira a fruição de benefício requerido por magistrado a ele vinculado, o que o interessado almejava reformar. No procedimento Y, anulou a promoção por merecimento de magistrado, sendo que este último almejava produzir, em juízo, ampla prova testemunhal, que indicaria, a seu ver, o impedimento e a suspeição de alguns conselheiros, de modo a anular a decisão. Por fim, no procedimento Z, foi aplicada sanção disciplinar a magistrado, decisão que, ao ver deste último, era manifestamente contrária à legislação de regência, sendo nula de pleno direito, e que ele almejava que isto fosse declarado pelo juízo competente.

O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar a(s) ação(ões) decorrentes:
(A) de todos os procedimentos;
(B) apenas do procedimento Z;
(C) apenas do procedimento Y;
(D) apenas dos procedimentos Y e Z;
(E) apenas dos procedimentos X e Z.

226. (2025)

A organização internacional Alfa ajuizou ação de reparação de danos em face do Município Beta, tendo sustentado que os recursos que repassara a esse ente federativo, para a realização de determinada política pública de viés prestacional, teriam sido desviados. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, tendo Beta considerado a sentença manifestamente contrária à Constituição da República. Além disso, após a interposição do recurso cabível, estando o processo em tramitação no âmbito do juízo ad quem, Beta constatou que sentenças similares foram proferidas em desfavor de outros municípios, o que o levou a cogitar a formulação de requerimento ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a edição de súmula vinculante sobre a matéria.

Na situação descrita, é correto afirmar que:
(A) Beta não tem legitimidade para requerer a edição da súmula vinculante.
(B) O requerimento de edição da súmula vinculante não suspenderá a tramitação do processo no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
(C) Beta deve requerer, em petição fundamentada, que o Tribunal Regional Federal da respectiva região requeira a edição da súmula vinculante.
(D) O STF somente irá apreciar o requerimento de edição da súmula vinculante caso seja interposto o recurso extraordinário no momento oportuno.
(E) O requerimento de edição de súmula vinculante não configura prejudicial externa em relação ao processo principal, mas deve ser assegurado o contraditório com Alfa em seu âmbito.

227. (2024)

Maria, Vereadora no Município Delta, almejava apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de melhor organizar a oferta de bens e serviços à população. Para a realização desse objetivo, desejava impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo de atividades, que apresentassem grande proximidade física entre si, conforme critérios a serem definidos.

Ao solicitar que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional da proposição legislativa que almejava apresentar, e às possíveis medidas que poderiam ser adotadas durante a tramitação do projeto de lei ou contra a futura lei, caso fosse considerada inconstitucional, foi corretamente informado a Maria que
(A) a matéria disciplinada consubstancia típico interesse local, o que aponta para a constitucionalidade da proposição que se pretende apresentar.
(B) embora haja súmula vinculante em sentido oposto à disciplina pretendida, a Câmara Municipal não está adstrita a ela, somente sendo cabível a utilização dos instrumentos de controle de constitucionalidade em relação à futura lei.
(C) por existir divergência entre a disciplina que se pretende estabelecer e súmula vinculante, o processo legislativo pode ser eventualmente interrompido por iniciativa de algum interessado e decisão do Supremo Tribunal Federal.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!